

Notas para um Curso de Introdução à História das Idéias Políticas no Brasil (*)

1. IMPORTANCIA DO ESTUDO: UMA "ARQUEOLOGIA" DESNECESSÁRIA?

O estudo histórico do pensamento político não constitui especialidade de preenchimento do ócio com o supérfluo. Ao contrário, a História das Idéias Políticas tende a ser cada vez mais valorizada, tanto por cientistas políticos, como por historiadores e filósofos. A Ciência Política vê nesse estudo a possibilidade de sistematizar o elenco dos temas políticos, elasticendo o quadro de referência para a análise da realidade atual e, talvez, coletando subsídios para a intangível elaboração de teoria geral do processo político. Por outro lado, o conceito de *totalidade* (do processo social), resultante do marxismo e revalorizado pela historiografia contemporânea — sobretudo francesa (1) — também contribuiu para o crescente prestígio, entre os historiadores, da categoria de conhecimentos denominada *História das Idéias*, já aceita inclusive pela Filosofia. Esta última

abandona, deste modo, o desinteresse anterior quanto ao estudo de simples idéias que não chegaram à complexidade e à sofisticação de sistemas ou representações globais. Assim, a História das Idéias, que só parece perder em abrangência para a História da Cultura, tem o mérito de concentrar a atenção de diferentes profissionais, embora ainda não se encontrem muitos exemplos de efetivo trabalho interdisciplinar: de todos os modos, o estudo das idéias passa a beneficiar-se de dados colhidos em abordagens distintas.

A História do Pensamento Político oferece interesse não apenas histórico, mas, também, atual. Em perspectiva histórica, o estudo do desenvolvimento do pensamento preocupado com a Política é indispensável ao historiador, ao cientista político, ao sociólogo e ao filósofo, não somente pelo que revela sobre o passado, como ainda pelo que oferece para a compreensão do presente. A conhecida tese da contemporaneidade da História é a própria explicação da utilidade e da necessidade do conhecimento da evolução das idéias políticas, tanto pela sobrevivência residual do passado no presente (antecedente e conseqüente) quanto pela indispensabilidade de reescrever-se, periodicamente, as proposições apresentadas antes. Esta necessidade, se não for geracional⁽²⁾, será, porém, decorrente de mudanças. Porque, como é óbvio, a História é a explicação de mudanças, não havendo, portanto, o risco de que a preocupação com a compreensão do passado iniba a compreensão do presente ou conduza a atitude de passiva contemplação do mesmo — salvo se esta for a intenção.

Cumpra insistir na dupla argumentação anterior, referente à contemporaneidade da História e à necessidade de reinterpretação periódica da explicação histórica. Diz Benedetto Croce: "A necessidade prática, que está no fundo de todo juízo histórico, dá a toda História o caráter de 'História contemporânea', porquanto, por muito e muito distantes que pareçam cronologicamente os fatos por ela referidos, a História se relaciona sempre com a necessidade e a situação presentes, nas quais aqueles fatos propagam suas vibrações"⁽³⁾. A contemporaneidade também ocorre na História das Idéias. Rodolfo Mondolfo, lúcido e penetrante historiador da Filosofia, esclarece que "Toda a História é *contemporânea*, porém sua contemporaneidade não deve ser interpretada no sentido restritivo de uma sua sujeição a nossos interesses particulares e a nossa visão subjetiva, mas no sentido universal de que toda a História está presente em nós, já que é justamente dela que brotamos, e que, por isso, vive nas profundidades de nosso espírito. Portanto, é de nosso vital interesse procurar entendê-la e *reconstruí-la*, a fim de compreendermos a nós mesmos e a nossa humanidade, cujo processo de formação a História nos revela"⁽⁴⁾. O esclarecimento de Rodolfo Mon-

dolfo é oportuno porque abrange a contemporaneidade da História e a necessidade de periódica reconstrução das explicações históricas. Sobre este último tema, escreve ainda Mondolfo, merecendo atenção: "Portanto, a interpretação das idéias e dos sistemas sempre difere de um historiador para outro, de um ambiente cultural para outro, de uma idade para outra. E, por isso, pensadores e historiadores proeminentes afirmam que a História deve sempre ser escrita de novo: não só a dos fatos, mas também a das idéias, porque cada idade nova e cada novo historiador, baseando-se em nova documentação, em novas experiências, em novas orientações, numa consciência mais madura, encontra no sistema e nas idéias, que apareceram na História, algo diferente e mais significativo do que viam seus antecessores, algo novo que, às vezes, seus próprios autores não haviam entendido ainda com suficiente clareza" (5).

Ambas as proposições, vale insistir, mostram a importância da História do Pensamento. O verdadeiro pensador original guarda sempre paradoxal dependência e independência com relação a pensamento anterior. A cultura não se faz *ex nihilo*. Os maiores esforços de libertação com respeito às idéias anteriores estarão ainda marcados pela existência desses antecedentes, os quais sobreviverão até em sua própria contestação pelo pensamento posterior. Esta dependência é inegável, mas não é excludente de atitudes independentes, pelas quais se processa a mudança de quadros de referências. A aparente contradição é fácil de entender quando se diz que a independência do pensador posterior com relação aos pensadores anteriores está relativamente condicionada por dependência do primeiro aos segundos, já que aquele não se pode libertar por inteiro destes, ainda quando se esforça em negá-los. O pensador original de gênio será aquele que muda o quadro de referências pelo qual os produtos culturais anteriores vinham sendo avaliados, introduzindo novo sistema de apreciação e sem o qual não será possível entender os novos produtos simultaneamente apresentados por esse mesmo pensador. A mudança do quadro de referência não parte do nada; ao contrário, ela não pode deixar de fazer remissão aos quadros anteriores e respectivos produtos. As novas idéias não poderão deixar de guardar certa identidade com os produtos culturais realizados na vigência de sistemas precedentes de referências, por mais radical que pretenda ser a inovação. Porque esta, não se pode esquecer, será produto da condição humana. Demonstrando o óbvio, esta é a razão pela qual os mais imaginosos escritores de *science fiction* não são capazes de conceber a existência de mundos *absolutamente* distintos do nosso, porque o homem não pode idealizar algo inteiramente estranho à sua cultura e à sua circunstância

natural, tal como o Inferno de Dante não perdeu sua forma precipuamente humana.

A história do pensamento político é, portanto, indispensável. Não para restaurar o passado, mas para compreendê-lo. Não para confundir a compreensão do presente, mas para propiciá-la. Não para induzir à passividade no tratamento da realidade atual, mas para orientá-lo. Pensamento e ação são indissociáveis, e o tema foi bem examinado por Croce⁽⁶⁾. Parece evidente, em conseqüência, que a História do Pensamento Político não constitui desnecessária "arqueologia" de idéias arcaicas, cuja única serventia seria a de peças de museu. A própria aceitação da proposição do condicionamento do pensamento social pela realidade econômica não retira a validade de estudo. Os conceitos de alienação, ideologia, mito e utopia fornecem vasto quadro de hipóteses de trabalho para a realização de estudo sociológico das idéias políticas que mal começou a ser feito (?). A própria Sociologia do Conhecimento ainda tem longo caminho a percorrer, em função desses subsídios. A conclusão, assim, é de que mesmo que o saber histórico estivesse saturado (como alguns otimistas imaginam), ainda assim essa saturação não atingiria o campo específico da História das Idéias Políticas, onde resta muito por fazer.

Isso posto, vale lembrar o que presentemente importa: indagar acerca da validade de História das Idéias Políticas no Brasil. Será esta, então, a "arqueologia" desnecessária? terá existência? terá objeto? não será pretensa erudição acadêmica? ou ufanismo nacionalista? Estas indagações serão discutidas a seguir, quando for examinada a questão de saber se o estudo tem objeto próprio, isto é, se há de fato idéias políticas brasileiras ou "modos" brasileiros de encarar o pensamento estrangeiro: trata-se de saber se o Brasil tem "cabeça filosófica" e se, em caso afirmativo, produziu idéias que mereçam ser historiadas. Este é o tema central, o *quod erat demonstrandum*, em tempo presente ou mesmo futuro.

A hipótese, por enquanto, é cautelosamente tomada em acepção positiva. Admite-se que há objeto para uma História das Idéias Políticas no Brasil porque há "modalidades" brasileiras de elaboração da matéria-prima constituída pelas idéias estrangeiras (na exata acepção econômica da palavra). E tudo o que foi discutido com respeito à utilidade e necessidade da História das Idéias Políticas é inteiramente aplicável a uma História das Idéias Políticas no Brasil. Acrescendo o fato de ser o país *old new*, ainda a procura de seu destino, razão que torna a introspecção absolutamente indispensável: a existência real da nação depende do conhecimento dos antecedentes e conseqüentes históricos. E o seu *cogito, ergo sum*. E, como visto, a História das Idéias Políticas muito pode contribuir para

esse conhecimento. Se a “cabeça filosófica” do País não for afinal considerada muito original, nem por isso será possível negar a existência de maneiras nacionais de manipulação das idéias importadas. Nem será o caso de desprezar, como irrelevantes, essas formas brasileiras de tratar idéias alienígenas, pelo simples fato de que o tratamento tem significado próprio, cujo conhecimento importa para a compreensão de fatores concêntricos ou circunvizinhos. *Explicans* e *explicandum* se combinam para proporcionar conhecimentos mais abrangentes de realidades mais amplas.

Nestes termos, a conclusão, ainda que provisória, no momento, é a de que também uma História das Idéias Políticas no Brasil não constitui supérflua “arqueologia” — como se a arqueologia pudesse ser supérflua. Não só não é pretensa erudição acadêmica, como não é ufanismo nacionalista, oficial ou oficioso. Não é estudo saturado (muito ao contrário), nem se destina a paralisar a compreensão do presente ou a induzir a atitude passiva em relação ao mesmo. É, em verdade, um estudo útil e necessário, por todas as razões discutidas, dentre as quais, não é demais repetir, destaca-se o imperativo da periódica reinterpretação da História.

2. A GRANDE CONTROVÉRSIA: UM PAÍS “SEM CABEÇA FILOSÓFICA”?

A conhecida afirmação de Tobias Barreto, segundo a qual o Brasil seria um país “sem cabeça filosófica” (8), vem sendo alvo de útil controvérsia. Trata-se de saber, simplesmente, se vale a pena fazer-se História das Idéias Políticas no Brasil. Volta-se, deste modo, àquelas inquietantes indagações formuladas logo no início destas notas.

Muitas das respostas oferecidas à questão foram resumidas em frases irônicas, a começar com a decapitação filosófica da Nação, precedida, implacavelmente, por Tobias Barreto. Assim é que, para Eduardo Prado (9), “escrever a História do Brasil é escrever a história da imigração neste País”, proposição fácil de identificar com a situação do ideário político nacional. Cruz Costa (10), paralelamente, diz que “A Filosofia no Brasil viveu sempre, é certo, sujeita às chegadas dos pacotes da linha da Europa”. Todavia, o inventário da Filosofia no Brasil não se limitou a frases de efeito. É o que será examinado a seguir.

Sílvio Romero, em obra dentro em breve centenária (11), iniciou tão necessária introspecção nacional, concluindo por afirmar que as idéias em curso no País eram “pobres”, “insalubres” e “ilógicas”. Abre a nota inicial de *A Filosofia no Brasil* da seguinte maneira: “O título deste pequeno ensaio talvez excite um sorriso de mofa em alguém que saiba qual o estado do pensamento brasileiro, qual

a contribuição que o Brasil tem levado ao movimento científico da humanidade". Mais adiante se diz: "Nos três séculos que nos precederam nem um só livro, dedicado às investigações filosóficas, saiu da pena de um brasileiro. É mister avançar até ao século presente (XIX) para deparar com algum produto desta ordem e, neste mesmo, é preciso chegar até aos anos posteriores àqueles que marcamlhe o meado para que a coisa seja uma pequena realidade" (12).

Outro conhecido historiador da Filosofia no Brasil, o Pe. Leonel Franca, também não encontrou originalidade no pensamento brasileiro. Escreve ele, a partir da segunda edição de suas *Noções de História da Filosofia*: "O que para logo se nota na generalidade dos escritos filosóficos brasileiros é a falta de originalidade. Não podemos ainda pleitear, como as grandes nações civilizadas, certa autonomia de pensamento. De novo e de nosso, bem pouco e bem mesquinho é o que podemos reclamar. Refletimos, mais ou menos passivamente, idéias alheias; navegamos lentamente e a reboque nas grandes esteiras abertas por outros navegantes; reproduzimos, na arena filosófica, lutas estranhas e nelas combatemos com armas emprestadas. Não há, por isso, entre os pensadores que aqui se sucedem, continuação lógica de idéias nem filiação genética de sistemas. Não temos escolas, não temos iniciadores que houvessem suscitado, ou por seqüência de evolução ou por contraste de reação, continuadores ou opositores" (13).

O terceiro conhecido historiador de nossas idéias que assume posição semelhante, é João Cruz Costa. Na nota explicativa da segunda edição de sua *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, confessa que se estivesse disposto a dar outra estrutura ao trabalho acabaria fazendo outro livro e talvez *mais pessimista* (14). Lembra Cruz Costa que é perfeitamente compreensível que tenhamos procurado imitar os europeus que colonizaram a nossa terra, pois não apenas vale ponderar que a imitação é fenômeno cultural natural e universal, como também que não seria possível esperar que aqui se fizesse uma cultura *ex nihilo*. Não obstante, a própria imitação não pode ser realizada com absoluta fidelidade ou servilismo, não podendo passar sem introduzir qualquer deformação e isto já representa originalidade, ainda que mínima. Assim, o Brasil se identificou com a cultura européia (não apenas portuguesa) ou "ocidental", mas semelhante processo de identificação não está desprovido de certos particularismos originais. O ponto mais agudo da crítica de Cruz Costa talvez seja aquele em que afirma, utilizando jargão psiquiátrico, que nosso pensamento tendeu a ver o modelo sem ver o exemplo, isto é copiou idéias sem interpretá-las à luz de experiência nacional. O filoneísmo nacional seria resultante dessa situação. Não obstante, o autor reconhece que "Muita idéia mudou e muita

teoria nascida do outro lado do Atlântico tomou aqui expressões que não parecem perfeitamente condizentes com suas "premissas originais" (15). E continua: "É que há um *estilo* próprio aos diferentes meios, estilo esse condicionado pelo próprio *dever histórico*" (16).

A posição de Cruz Costa é fácil de entender: "Não é possível abstrair a cultura filosófica do complexo condicionalismo histórico e *essência humana* também depende, embora não lhe seja exclusivamente submetida, das forças produtivas, de relações sociais que as gerações encontram, como dado fundamental" (17). É a mesma posição que tem Leandro Konder, com a diferença de que este vai além e explica a pobreza do nosso pensamento em função do conceito de *alienação*. Diz Leandro Konder, nas "orelhas" da segunda edição da *Contribuição* de Cruz Costa (e esta não será a única vez que estas notas recorrerão a "orelhas" de livros, a despeito do que pensar a falsa gravidade de certos intelectuais setoriais), que "Desde os primórdios da colonização, a nossa produção filosófica tem carecido de originalidade. Mesmo os mais bem dotados entre os nossos pensadores, quando confrontados com os maiores filósofos dos grandes centros, na história geral da cultura, figuram numa posição de humilde segundo plano. Evidentemente, não temos motivo para nos envaidecermos disso. Mas, também, não temos motivo para nos envergonharmos. Não foi nenhuma inferioridade étnica intrínseca que nos impôs a pobreza da nossa reflexão filosófica: foi a circunstância histórica do subdesenvolvimento. (...) Sofremos as conseqüências de uma *alienação*: trabalhamos menos em função das nossas necessidades mais profundas do que em função de conveniências alheias. (...) Mas, assim como repeliu o ufanismo patrioteiro, o autor do presente livro soube evitar, de maneira firme, um outro equívoco, inverso, que consistiria em assumir uma atitude *unilateralmente negativa* em face da nossa produção ideológica do passado. (...) Esquivando-se às facilidades do derrotismo, com efeito, o historiador assinala aos seus leitores a existência de uma determinada *maneira brasileira* de utilizar as idéias importadas." A longa citação permite perceber que a crítica é ainda mais aguda em Leandro Konder, em decorrência do emprego dos conceitos de alienação e subdesenvolvimento econômico, embora também não negue o fato de que existe uma "maneira" brasileira de tratar as idéias estrangeiras.

E já que se aceitou a moda de citar por escrito o que antes alguns negavam ter lido, um trecho de outras "orelhas", de outro livro, será bem oportuno para fazer a passagem para uma nova posição. É o caso de citar o que Luís Washington Vita escreveu nas "orelhas" do livro de Antônio Paim: "Daí esta *História das Idéias Filosóficas no Brasil* revestir-se de uma feição insólita na tradição

de tais estudos no País, desde o pioneiro ensaio de Sílvio Romero (1878), de estrutura por assim dizer sinfônica, que vai num *crescendo* para culminar no *gran finale* de exaltação escoliasta de Tobias Barreto, passando pelo padre Leonel Franca S.J. (1921), de nítida feição missionária e apologética do tomismo, até chegar ao exaustivo feição missionária e apologética do tomismo, até chegar ao exaustivo estreito binário positivista-marxista. Nestes autores é flagrante o apriorismo sectário, participante, que condena por antecipação os “desalinhados” das posições por eles assumidas. E que, consciente ou inconscientemente, com boa ou má fé, omitem de propósito, erram de plano e polemizam com espírito pugnaz, num estranho antropomorfismo de idéias as quais se transformam em inimigos que devem ser destroçados. . .” (18).

Já se deve ter percebido que as citações de autores estão assumindo nestas notas função de documentação, e não de ilustração. Ainda nas “orelhas” do livro de Antônio Paim, escreve L.W.Vita: “Estruturou-se, portanto, na análise das idéias filosóficas no Brasil, uma tendência sectária e participante, que se manifesta também no estudo dos pensadores isolados” (19). Trata-se de nova atitude, qual seja a de reavaliar o pensamento brasileiro, partindo-se da hipótese central segundo a qual “ao invés de simples diletantes — como às vezes chegam a ser encarados — os principais dentre nossos pensadores trataram de enfrentar os desafios de seus respectivos momentos. E o fizeram no passado como o fazem no presente a partir de ambiente brasileiro e não como cultores de idéias exóticas elaboradas no exterior” (20). Miguel Reale, Djacir Menezes, Luís Washington Vita e Antônio Paim se dispuseram a provar a existência de lógica interna na Filosofia nacional, revalorizando-se as idéias cultivadas no País.

É fácil compreender a importância do debate. É extremamente indispensável que o Brasil faça essa introspecção, por imperiosa necessidade que decorre da relação existente entre pensamento e ação. Nem o ufanismo nem o derrotismo parecem atitudes corretas, pois ambas decorrem do sentimento de inferioridade que parece instalar-se em povos menos desenvolvidos por efeito de demonstração de países mais desenvolvidos. Não faz sentido nem se justifica a atitude de não encontrar qualquer “cabeça filosófica” no País. Também não é possível descobrir originalidades que tenham marcado o pensamento universal. Mas o problema não é apenas brasileiro e nem mesmo exclusivamente latino-americano. R.B. Perry achou que havia razão para indagar se “Is there a North American Philosophy?”, o que mostra que não somente o subdesenvolvimento econômico explica a situação carencial (21).

Chega-se à conclusão que, com efeito, o Brasil não tem motivos para vaidade ou vergonha. Não chegou ainda a desenvolver idéias ou sistemas de maior originalidade ou que tenham exercido influência no panorama cultural do mundo. Por outro lado, nunca deixou de modificar um pouco as idéias estrangeiras que passaram a ter curso em seu território, mesmo quando a alteração foi apenas formal, e não material. Há modos brasileiros de tratar (se não de reinterpretar) as idéias estrangeiras. O problema, em verdade, é de maior âmbito, dizendo respeito à própria História da Cultura, embora os objetivos e os limites deste trabalho não permitam formular a velha e ainda mais inquietante indagação sobre a existência de uma cultura brasileira essencialmente nacional.

Outra conclusão é a de que parece igualmente certo que a polêmica antes examinada decorre, talvez, mais das diferenças de posições filosóficas dos polemistas, e, conseqüentemente, da ênfase que estão dispostos a emprestar à brasilidade das nossas formas de pensar. Porque, se Cruz Costa não nega a existência de uma maneira brasileira de tratar as idéias estrangeiras, também é certo que Luís Washington Vita, acompanhado por Antônio Paim, encontraram em nosso "universo filosófico" as tendências positivista, neotomista, culturalista, existencialista, idealista e cientificista, isto é, correntes filosóficas estrangeiras⁽²²⁾.

O importante, todavia, é reconhecer a existência de objeto para uma História das Idéias Políticas no Brasil. Este objeto existe. Além disso, importa também reconhecer que não se pode estudar as idéias no Brasil como simples expansão territorial das idéias europeias. É necessário comparar os modelos europeus com as formas correspondentemente assumidas no País, porque de outro modo estaria sendo continuada uma equívoca subordinação de nossa história à história européia. A verdade é que se tudo recebemos da Europa (ou pela Europa) e, em muito menor escala, da América do Norte, também é relevante lembrar que ainda assim não estamos na Europa, por mais que queiram alguns. Como disse Nelson Saldanha: "... para a *apreciação* do pensamento social brasileiro, o caso às vezes não será tanto o de compará-lo ao europeu — alguns o vêem, diante deste, como estando sempre *arriére* — mas sim (ou, ao menos, "também") o de estimar sua conexão com os fluxos e os meandros da realidade a que corresponde. (...) Cada grande tema brasileiros deve ser revisto sob o prisma da diferença entre o modo europeu de ver e formular, ligado à secular experiência européia, e o modo brasileiro (ou o latino-americano, e mais amplamente o dos povos em desenvolvimento), emergindo para a autoconsciência mas fatalmente misturado às matrizes europeias"⁽²³⁾.

3. PROBLEMAS METODOLÓGICOS REALMENTE DIFÍCEIS.

Outra questão a enfrentar é a metodológica. É necessário ordenar a situação, como em toda atividade científica. Primeiro, é preciso delimitar a matéria: saber, de logo, o que se entende por *pensamento político* e situar os conceitos resultantes na geografia brasileira. Essa delimitação não é somente conceitual; é necessário escolher um critério para seleção da própria matéria já conceitualmente delimitada, isto é, optar por uma periodização, ou por uma orientação doxográfica. Concomitantemente, cumpre definir o próprio método a ser empregado. Depois, é preciso identificar os dados do trabalho, as fontes primárias e secundárias que devem ser classificadas e examinadas, sendo que o tratamento das fontes primárias (matéria-prima por excelência) oferece várias dificuldades metodológicas. Além disso, é preciso constatar a obrigatoriedade do caráter interdisciplinar do trabalho, sem perder de vista o interesse seletivo (no caso, o da Ciência Política).

Uma História das Idéias se interessa não apenas por sistemas, mas, também, por todas as formas de reflexão sobre determinados temas. Em verdade, o correr do tempo e a vastidão dessas formas costumam limitar a investigação ao material escrito, dando-se preferência ao que foi reunido em livros, sem desprezar o periodismo. A História das Idéias atuais fica, como é óbvio, com horizontes muito amplos. Mas, retomando a proposição inicial, verifica-se que a História das Idéias Políticas se interessa por filosofias, teorias, doutrinas, ideologias (nas respectivas acepções técnicas das palavras), e, também, por simples idéias, atitudes e sentimentos (embora já aqui não seja tão fácil a distinção conceitual). O adjetivo *político* é o denominador comum das várias manifestações do pensamento que interessem à disciplina. Antes, porém, cumpre registrar o fato de que a História das Idéias se preocupa não só com o pensamento que preparou ou justificou a História (dos fatos), mas, ainda, como o pensamento que não reagiu sobre a realidade atual, permanecendo, assim, como simples atividade intelectual pura; a qual, cumpre não esquecer, teve ingresso na Cultura, assegurando deste modo sua existência social. Interessam as idéias como foram concebidas por seus autores, e, também, como foram alteradas pelos intérpretes e deturpadas pela divulgação. Interessam, também, a atitude de pura especulação e a atitude científica ante os problemas políticos. Igualmente interessa o pensamento sobrecarregado de valores morais (uma constante, aliás, na História das Idéias Políticas), certo como é que o valor é inerente à natureza social do homem, não se devendo esquecer a enorme carga afetiva que o fato político recebe e transmite.

O adjetivo *político* foi tradicionalmente reservado para qualificar a essência e a existência do Estado. Isto é, em definição tradicional, também, a organização da sociedade em estrutura de autoridade capaz de fazer eficiente controle social, regulamentando a co-operação humana (feita pela divisão do trabalho), dirimindo os conflitos interindividuais e intergrupais (mantendo a ordem interna), assegurando a defesa externa e procurando satisfazer as necessidades coletivas. A principal característica da organização estatal é a exclusiva faculdade de elaborar e aplicar normas genéricas de obediência compulsória (sob pena de sofrer o transgressor uma sanção material, incondicionada e inelutável), as quais tendem à uniformização do comportamento individual e social de acordo com padrões considerados socialmente desejáveis. O Estado absorveu o significado do adjetivo *político* até o século XX. Contudo, já no século XIX, sofreu a tradicional definição do Estado a crítica que lhe foi feita pelo Marxismo. Em nosso século, o Empirismo desenvolveu o conceito de *poder político*, superior em abrangência ao de Estado como categoria-objeto da idéia de política. Esta extensão conceitual é a vantagem e a desvantagem da nova idéia (de poder), eis que extremamente difícil é a sua delimitação. Assim, imaginando-se o universo político como constituído de idéias, instituições e processos, chega-se à conclusão de que a História das Idéias Políticas é aquela preocupada com a reflexão desenvolvida acerca das *instituições políticas* (onde sobressai o Estado), dos *processos políticos* (onde atuam o Estado, os outros grupos políticos e os indivíduos) e das próprias *idéias políticas anteriores ou contemporâneas* (formuladas, como é evidente, sobre instituições, processos e também idéias antecedentes). Uma fórmula ostensivamente didática, é certo, capaz, todavia, de fornecer noção operacional para a compreensão do objeto da História do Pensamento Político.

Isso posto, é desnecessário fazer expressamente a aplicação do que há pouco foi dito à História das Idéias Políticas no Brasil, o que permite passar à discussão de outras questões.

O método do trabalho, em sua acepção mais geral, é necessariamente histórico, genético, isto é, na conhecida proposição de Vico, a qual dispensa citação, a preocupação de conhecer os fatos em seu nascimento e em seu desenvolvimento. A História das Idéias, entretanto, não se pode fechar em torno do seu próprio interesse específico, certo como é que o mundo do pensamento não conhece fronteiras acadêmicas e artificiais. De novo, o conceito de *totalidade* faz da História uma ciência globalizante. Em conseqüência, uma História das Idéias Políticas não pode desprezar a História Factual, a História das Instituições, a História da Filosofia, a História das Confissões Religiosas, para não falar da História das Doutrinas

Econômicas, do Pensamento Social, da Arte, etc. Paralelamente, os conceitos da Ciência Política são utilizados para construção de hipóteses de trabalho, categorias, e, mesmo, de quadro geral de referências. Isto permite trabalho interdisciplinar e interesse seletivo, obrigando ao tempo que permite.

Assim, foi possível dispor em pouco tempo, de noção operacional sobre o conteúdo do pensamento político. Esta delimitação inicial da matéria, facilmente aplicável ao caso brasileiro, foi seguida pela identificação do próprio método de trabalho, em sua acepção mais genérica: o método que interessa é o método histórico, a ser empregado com categorias fornecidas pela Ciência Política. O passo seguinte deve ser dirigido à escolha do critério de classificação da matéria, isto é, optar por uma seleção de temas, movimentos ou autores ou adotar uma orientação cronológica. Por último, haverá que distinguir as fontes primárias das fontes secundárias e discutir os problemas mais importantes levantados pelo tratamento das primeiras.

A exposição e a apreciação do conteúdo de qualquer História das Idéias pode ser feita, como é evidente, mediante critério doxográfico ou cronológico. Elastecendo, liberalmente, o conceito de doxografia, decorre que o estudo pode ser realizado por pensadores, por temas ou por movimentos. Nenhum dos três caminhos parece satisfazer, isoladamente ou em combinação. O estudo limitado a autores será descontínuo e insuficiente, ainda que acrescido de verificações biográficas; ficará restrito aos mestres e, talvez, a poucos epígonos, esquecendo os desenvolvimentos menores, os quais muitas vezes são os elos de ligação com as idéias de outras personalidades importantes; de resto, enfatizará a contribuição individual, menosprezando o conceito de cultura como processo coletivo e cumulativo. Já o estudo por temas ou por movimentos (esta última palavra devendo ser entendida em sentido amplo) oferece indiscutíveis vantagens. A História da Filosofia, com toda a sua vastidão, acaba por chegar à conclusão segundo a qual, ao final, permanecem, sempre, certos problemas como objetos universais e constantes da atenção dos pensadores. Estes grandes temas representam, portanto, a própria razão de ser da Filosofia. Assim, é possível e útil estudar-se a História da Filosofia (ou do pensamento político) em função dos referidos problemas universais e constantes. Tais temas, em consequência, constituirão as grandes áreas em que será dividida a História do Pensamento, abordando-se, em cada um deles, as respostas oferecidas pelos vários pensadores. Este critério é muito adotado para a realização de monografias, mas, por outro lado, tem sido utilizado também para exposições críticas do desenvolvimento histórico das idéias. O livro *O Desenvolvimento da Teoria Política*,

de Charles Vereker⁽²⁴⁾, é exemplo referente à História das Idéias Políticas. O critério é vantajoso, sem dúvida. Entretanto, parece mais indicado quando já existe certa densidade de estudos cronológicos. Porque, como é óbvio, os grandes temas, universais e constantes, somente se tornam conhecidos depois que se tenha historiado a seqüência das idéias onde os mesmos foram suscitados. É preciso, primeiro, conhecer a História do Pensamento em geral, para que se possa identificar os temas que permaneceram, ao longo do tempo, como universais e constantes. Só depois será possível reescrever-se essa História do Pensamento utilizando a classificação temática. O critério do estudo por temas é, portanto, uma forma intensiva de rever a História do Pensamento em sua própria razão de ser, em suas preocupações maiores. É, assim, uma forma de *feed back*, muito útil para o desenvolvimento dos conhecimentos acerca das idéias. Todavia, pelas razões expostas, o critério não se apresenta como aconselhável, no momento, para uma História das Idéias Políticas no Brasil, onde o estudo ainda necessita de certo pioneirismo. Por outro lado, o estudo das idéias por movimentos (em acepção ampla) pode receber os mesmos comentários anteriores, ressalvada a dificuldade maior de catalogar os pensadores como filiados a determinadas correntes. Esta dificuldade também cresce quando se pretenda fazer História das Idéias no Brasil. Chega-se, assim, à conclusão de que o critério mais recomendável para uma História das Idéias Políticas no Brasil é o cronológico, não apenas pelo estado de carência em que a mesma ainda se acha, como também porque oferece maiores possibilidades didáticas.

Admitida a indicação do critério cronológico, cumpre examinar-lhe vantagens e desvantagens. Começando-se por estas, verifica-se que a classificação da matéria não tem a mesma vantagem lógica do critério temático, qual seja a de salientar os problemas mais importantes. A exposição e a apreciação são realizadas pela sucessividade cronológica das idéias. Embora os temas e os movimentos sejam identificados, esta identificação se dilui na amplitude da apresentação da seqüência das idéias. Por outro lado, nem sempre é possível obedecer rigorosa seqüência cronológica, sendo às vezes necessário avançar para logo em seguida recuar no tempo; assim, por exemplo, as idéias sobre o nacionalismo têm sua proto-história na fase da formação dos Estados nacionais, quando surgiram as noções de pátria e nação; o tema, todavia, deve ser estudado com Hegel, com o romantismo, com o pan-germanismo, com o darwinismo social, com o culto da glória francesa, com as justificações do imperialismo, com o nazi-fascismo e com as "ideologias desenvolvimentistas" surgidas depois da II Grande Guerra nos países economicamente atrasados. Além disso, como é ostensivo, as

vidas e as atividades dos pensadores não obedecem os limites artificiais dos séculos e, da mesma forma como certos autores se antecipam ao seu próprio tempo, outros se atrasam, exercendo embora, em seu anacronismo, influência decisiva, expressando melhor, com atraso, o que antes fora iniciado. Thomas Hobbes, por exemplo, chegou tarde com a sua justificação do absolutismo monárquico; todavia, embora descontentando gregos e troianos, exerceu enorme influência na História do Pensamento Político. Já Calvino se antecipou bastante à formulação não só do ideal liberal individualista da construção da felicidade coletiva pela busca pessoal de bem-estar como, também, do princípio do fator de multiplicação da economia que é representado pela reinversão dos lucros.

Outra dificuldade apresentada pelo critério cronológico é a da periodização. Este problema é, aliás, da própria História como ciência, não se limitando ao estudo das idéias. Os períodos em que dividimos a História são referências necessárias, são marcos artificialmente criados pelo estudioso com a finalidade de orientar-se ao longo de épocas passadas. São categorias didáticas elaboradas com objetivos essencialmente didáticos. A História é um processo contínuo *em se fazendo*; os períodos são pontos de orientação *em se estudando* o processo já decorrido; o resultado, como é óbvio, é que o processo não ocorre com a consciência da periodização, a qual é artifício criado com o fito de recriar, para estudo, o processo já ocorrido. Em consequência, os períodos em que a História divide o passado, pela sua própria artificialidade, são diferentes conforme os estudiosos. Esta diversidade de periodização suscita, naturalmente, a necessidade de opção por uma determinada divisão do passado. Como diz Geoffrey Barraclough: "O passado em sua inteireza mostra-se tão vasto e complexo que nada poderemos compreender nele a menos que o ordenemos, classifiquemos e dividamos em períodos. Mas há duas limitações essenciais. Em primeiro lugar, jamais devemos esquecer que nossas divisões são artificiais, nunca finais, sempre sujeitas a revisão. Quando falamos em pontos decisivos, devemos lembrar que a História é contínua; quando falamos em épocas de transição, devemos lembrar que todas as épocas são de transição. Em segundo lugar, sejam quais forem as classificações que adotemos, ou períodos que possamos criar para servir nossa conveniência, elas deverão corresponder, tanto quanto possível, aos fatos como os conhecemos. De outra forma, muito longe de nos ajudar a compreender o passado, como marcos numa trilha através da mata, elas provavelmente se mostrarão embaraços ou obstáculos, confundindo-nos e obscurecendo o caminho" (25). Barraclough, expressivamente, depois de indagar qual o critério que permitiria classificar como "medieval" um fato ocorrido em 1450 e como "moderno" o que sucedeu em

1550, afirma que a Idade Média é um conceito, uma mera categoria mental, porque em realidade nunca houve uma "Idade Média".

Não obstante as dificuldades do critério cronológico, ainda assim parece o mais indicado, sobretudo para o caso particular de uma História das Idéias Políticas no Brasil. Este critério cronológico é o que melhor visão de conjunto oferece, resultando daí sua própria indicação didática. Além disso, em campos de estudo não saturados, mas, ao contrário, carentes de subsídios — como é o caso —, seria temeridade tentar um estudo puramente doxográfico, o qual, se tem o grande mérito de concentrar seu interesse seletivo nos problemas mais importantes, cuja discussão pode fazer de modo intensivo, vertical, tem, por outro lado, forte dependência com respeito a estudos cronológicos anteriores que lhe servem de ponto-de-partida. Cumpre, também, ressaltar que o critério cronológico não deverá ser obedecido gramaticalmente, isto é, ano por ano, século por século. A cronologia reside principalmente em expor as idéias antecedentes, primeiro, e as conseqüentes, depois. E a exposição pode e deve estar combinada com o critério dos temas e dos movimentos, particularmente o critério dos movimentos. Surge aqui a possibilidade de aproveitamento das categorias *pensamento conservador e pensamento renovador, ideologia e utopia* (na terminologia de Mannheim)⁽²⁶⁾ ou *saber de salvação e saber de ilustração* (na classificação scheleriana de L. W. Vita)⁽²⁷⁾. A periodização na História brasileira é também polêmica, embora possa ser aceita, por comodidade didática, a trilogia Colônia — Império — República. Dentro desta periodização, deverá estar também em mente a própria periodização dos principais movimentos de idéias políticas do Ocidente, das épocas correspondentes à História brasileira, e, bem assim, a necessidade de estabelecer-se uma classificação cronológica das etapas principais do pensar nacional. Assim, os vários critérios deverão combinar-se, para maior rendimento do estudo, aceitando-se como grandes divisores de águas os períodos colonial, monárquico e republicano.

Por último, é necessário uma referência à questão das fontes. Estas, como é evidente, são primárias e secundárias. Primárias, são as fontes originais, as obras produzidas pelos pensadores, os veículos das idéias a historiar. Secundárias, são as obras de interpretação das fontes originais ou primárias. Ambas as categorias são indispensáveis. Como também são as obras que assumem o duplo aspecto de fontes primárias e secundárias, isto é, as obras que, interpretando outras anteriores, criam igualmente novas idéias, próprias, fazendo do autor uma fonte secundária para o estudo de antecessores ou contemporâneos e uma fonte primária em si próprio.

As fontes primárias, como é ostensivo, constituem a matéria-

prima do estudo. Não se pode fazer História das Idéias Políticas sem conhecer as fontes originais. As obras secundárias estão sempre contaminadas pelos valores pessoais do intérprete. Não somente os valores não podem deixar de estar presentes na obra que analisa outras obras, fato que, como se sabe, decorre da própria circunstância humana, o que importa em deformação do pensamento examinado, consciente ou inconsciente, mas, também, uma interpretação, por mais digna e fiel que seja, mostrará apenas as partes consideradas mais importantes do pensamento em caso, não podendo apresentar o conjunto (salvo excepcionalmente). As obras originais representam os documentos que a História das Idéias deve reexaminar constantemente, em busca de novas interpretações, para correção das deformações e para descoberta de subsídios antes ignorados. Não se pode fazer História das Idéias sem examinar as obras primárias. São elas que fazem a História das Idéias, seu exame permite a realização da reinterpretação periódica da História, possibilitando verificar a dependência de cada pensador com relação aos pensadores anteriores e sua relativa independência quando afirma novas idéias.

As fontes primárias oferecem várias dificuldades. Em primeiro lugar, vem a questão de sua disponibilidade. Muitas obras são conhecidas por referências, embora se encontrem perdidas. Outras são muito raras, peças de bibliofilia. A História das Idéias Políticas no Brasil encontra essa dificuldade, pois muitas fontes originais estão perdidas ou são de difícil acesso. Vem em segundo lugar a questão da autenticidade da fonte original. Este problema, felizmente, diminui com respeito ao caso brasileiro, em virtude dos poucos séculos de nossa História, o que não ocorre, por exemplo, com certos diálogos de Platão, ainda hoje discutidos. Não obstante, a atitude crítica, no particular, é obrigatória. As dificuldades são maiores quando as fontes primárias estão representadas por fragmentos ou estão substituídas (quando perdidas) por testemunhos de terceiros. A crítica de semelhantes testemunhos deve ser implacável, embora, muitas vezes, tenha que resignar-se a atitude de reserva. Outra dificuldade é a da tradução, felizmente inexistente em História das Idéias Políticas no Brasil (salvo se se considera o pequeno número de obras escritas em língua estrangeira por brasileiros que não se encarregaram pessoalmente da tradução para o vernáculo). Todos os problemas suscitados pela consulta de fontes originais foram muito lucidamente discutidos por Rodolfo Mondolfo, em trabalho que já se constitui uma referência obrigatória (28).

O exame das fontes originais, além de imprescindível, permite acompanhar a evolução do pensamento do autor, em sua depen-

dência e em sua independência com relação aos pensadores anteriores. Possibilita constatar os conflitos e as contradições, reais ou aparentes, na obra de cada pensador, contribuindo decisivamente para a necessária reinterpretação das respectivas idéias.

As fontes secundárias são igualmente necessárias. Fornecem, comodamente, uma visão de conjunto ou particular do pensamento passado, proporcionando, portanto, o conhecimento já disponível sobre o mesmo, com o que se evita a duplicação de esforços. Além disso, as interpretações e explicações apresentadas pelas obras secundárias servem como hipóteses de trabalho para novas análises, as quais confirmarão, contestarão, modificarão ou substituirão aquelas. Da mesma forma como não é possível fazer-se História das Idéias apenas com fontes secundárias (porque o resultado seria simples repetição de explicações já existentes), também não é possível cumprir-se a tarefa somente com fontes originais (porque o resultado ignoraria todas as explicações anteriormente propostas).

As dificuldades metodológicas antes discutidas estão presentes em toda tentativa de estudo de História do Pensamento. O conhecimento dessas dificuldades é obrigatório, imposto pela própria disciplina do trabalho científico. O problema, no presente caso, se torna maior porque as fontes originais são de difícil acesso e as fontes secundárias não são muito abundantes. Estas dificuldades representam verdadeiro desafio.

4. UMA BIBLIOGRAFIA MÍNIMA, MAIS EXTENSA DO QUE SE IMAGINA.

Dificuldades já referidas não permitem, no momento, o oferecimento de bibliografia, ainda que mínima, de fontes originais. Um elenco muito incompleto e descoordenado não mereceria ser apresentado. Não obstante, esta será a tarefa prática primordial do curso: levantar uma bibliografia mínima dessas fontes primeiras.

Assim, presentemente, o objetivo será o de apresentar uma bibliografia mínima das fontes secundárias existentes para o estudo da História das Idéias Políticas no Brasil.

De início, somente dois títulos estão disponíveis, de modo específico, sobre o tema, assumindo, portanto, posição de primeiro plano. São:

SALDANHA, Nelson. *História das idéias políticas no Brasil*. Recife, Univ. Fed. de Pernambuco, 1968. 344p.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *Interpretação da realidade brasileira; introdução à história das idéias políticas no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969. 350p.

Os dois títulos acima representam tudo em termos da bibliografia *específica* disponível. O livro de João Camilo de Oliveira

Torres é o inicial de uma série de 12 títulos intitulada *História das Idéias Políticas no Brasil*; alguns desses títulos foram publicados antes da *Interpretação* e dois serão mencionados logo adiante.

A bibliografia complementar-se-á com indicações de caráter mais geral, onde, todavia, poderão ser colhidos bons subsídios:

BIBLIOGRAFIA

- ACERBONI, Lidia. *A filosofia contemporânea no Brasil*. São Paulo, Ed. Grijalbo, 1969. 220p.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 5.^a ed. São Paulo, Melhoramentos, 1971. 809p.
- COSTA, Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. 2.^a ed. Rio de Janeiro, Civ. Bras., 1967. 456p.
- FRANCA, Leonel (Pe.). "A filosofia no Brasil". In: ———. *Noções de história da filosofia*. 20.^a ed. Rio de Janeiro, Agir, 1969. 386p.
- FREYRE, Gilberto. *Interpretação del Brasil*. 2.^a ed. México, Fondo de Cultura Económica, 1962. 200p. (Há traduções em português).
- GRELLET, Odilon Araújo. *Ensaio sobre a evolução do direito constitucional brasileiro*. São Paulo, Rev. dos Tribunais. 1950. 158p.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro. José Olympio, 1948.
- JAGUARIBE, Hélio. *A filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro, ISEB, 1957.
- MACHADO Neto, A. L. *História das idéias jurídicas no Brasil*. São Paulo, Ed. Grijalbo, 1969.
- MARTINS Jr. *História do direito nacional*. Recife, Cooperativa e Ed. de Cultura Intelectual, 1941. 274p.
- MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro, Saga, 1965. 264p.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil; ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo, D. P., 1928.
- PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1957. 264p.
- . *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1957. 392p.
- REJO, Limeira. *Retrato sincero do Brasil*. Rio de Janeiro, Globo, 1951. 285p.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *Os construtores do Império*. São Paulo, Ed. Nacional, 1968. 221p.
- . *A democracia coroada*. 2.^a ed. Rio de Janeiro, Vozes, 1964. 568p.
- . *História das idéias religiosas no Brasil*. São Paulo, Ed. Grijalbo, 1968. 324p.
- . *História do Império*. Rio de Janeiro, Record, 1963.
- VAZ, Henrique. "O Pensamento filosófico no Brasil de hoje". In: FRANCA, Leonel (Pe.). *Noções de história de filosofia*. 20.^a ed. Rio de Janeiro, Agir, 1969.
- VITA, Luis Washington. *Antologia do pensamento social e político no Brasil*. São Paulo, Ed. Grijalbo, 1968. 484p.

São ainda referências valiosas para o curso:

- LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. 2.^a ed. São Paulo. Ed. Nacional, 1967. 708p.
- PAIM, Antonio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo, Ed. Grijalbo, 1967. 276p.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *O positivismo no Brasil*. 2.^a ed. Rio de Janeiro, Vozes, 1957.

VITA, Luis Washington. *A filosofia no Brasil*. São Paulo, Martins, 1950.

Com a bibliografia acima, sem dúvida mais extensa do que se imagina freqüentemente, será possível *iniciar* o trabalho de construção de uma História das Idéias Políticas no Brasil, embora, como é óbvio, outras fontes secundárias devam ser consultadas. O grande problema continua sendo o das fontes originais, assunto que será novamente discutido em seguida.

5. UM PLANO INICIAL DE TRABALHO.

O plano inicial do curso será ditado pela sua própria natureza e circunstância. Como disciplina optativa com 60 horas de aulas, cumulada com outros encargos docentes, a matéria deverá ser aproveitada ao máximo, a fim de que seja possível, nesta primeira etapa, realizar-se levantamento ordenado das principais fontes originais. Esta será a principal preocupação do curso em sua primeira fase. A análise e reinterpretação dessas fontes originais constitui tarefa por demais ambiciosa para o momento atual.

Em suma, o curso deverá obedecer às diretrizes já antes discutidas nestas notas: método histórico, categorias da Ciência Política, critério cronológico e periodização tradicional (Colônia, Império e República); utilização combinada do critério de seleção por movimentos e dos conceitos *pensamento conservador* — *pensamento renovador*.

ALBÉRICO MOTTA

(*) Estas notas, preparadas para o número de *UNIVERSITAS* comemorativo do 30.^o aniversário da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, representam uma tentativa do Departamento de Ciência Política no sentido de proporcionar aos alunos um Curso Introdutório à História das Idéias Políticas no Brasil, o qual, segundo consta, somente foi ministrado nesta Universidade uma única vez e em nível de pós-graduação (Curso de Mestrado em Ciências Humanas, 1968, Prof. Nelson Saldanha).

- 1 Lefebvre, Henri. *Materialismo dialético e sociologia*. Lisboa, Ed. Presença, s.d.
- 2 Marias, Julian. *El método histórico de las generaciones*.
- 3 Croce, Benedetto. *A história; pensamento e ação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1962. p. 14.
- 4 Mondolfo, Rodolfo. *Problemas e métodos de investigação na história da filosofia*. São Paulo, Mestre Jou, 1969. p. 115.
- 5 Ibid., p. 269.
- 6 Croce, op. cit. passim.
- 7 O ponto de partida, depois de Marx, é Mannheim, Karl. *Ideologia e utopia*. 2.^a ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- 8 Barreto, Tobias. *Questões vigentes*. Aracaju, Imp. Of. de Sergipe, 1926. p. 249 (Obras completas de T. B., 9)
- 9 Cit. por Costa, Cruz. *Contribuição...*, p. 6.
- 10 Id. *A filosofia no Brasil*. Porto Alegre, Liv. do Globo, 1945.
- 11 Romero, Sílvio. "A filosofia no Brasil". In: ——. *Obra filosófica*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1969. p. 5-160.
- 12 Ibid., p. 7.
- 13 Franca, Leonel (Pe.), op. cit., p. 262.
- 14 Costa, Cruz. *Contribuição...*, p. 1.
- 15 Ibid., p. 4.
- 16 Ibid.
- 17 Ibid., p. 12.
- 18 Paim, Antonio, op. cit.
- 19 Ibid.
- 20 Ibid., p. 10.
- 21 Perry, R. B. Is there a North American Philosophy? *Philosophy and Phenomenological research*. Buffalo, 10 (3) mar. 1949.
- 22 Paim, Antonio, op. cit., p. 18.
- 23 Saldanha, Nelson, op. cit. p. 19.
- 24 Vereker, Charles. *O desenvolvimento da teoria política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- 25 Barraclough, Geoffrey. *Europa; uma revisão histórica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964. Ainda sobre o problema da periodização: Dutt, R. Palmo. *Problemas da história contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964; e Rodrigues, José Honório. *Teoria da história do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1957. v. 1.
- 26 Mannheim, op. cit.
- 27 Vita, Luís Washington. *Antologia...*, p. 17.
- 28 Mondolfo, op. cit.